



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 032 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 032

30ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva

Presenças

Abertura da Sessão

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Discussão Única (Indicações)....

Encerramento da Sessão

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

DIÁRIO Nº 032

30ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelas Sras. Deputadas Beti Pavin e Cida Borghetti.

Presenças:

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane

Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Carlos Simões, Fábio Camargo, Mamede e Ney Leprevost (06).

Ausente com justificativa o Sr. Deputados Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão antecipada do dia 19 de abril, para logo após o término da presente Sessão Ordinária, conforme requerimento aprovado da Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Não há expediente a ser lido e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 021/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que determina a cassação da eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, na hipótese que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA À EMENDA DE PLENÁRIO.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 021/07

Emenda ao Projeto de Lei nº 021/07, que determina a cassação de eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, nas hipóteses que especifica.

Emenda Aditiva

Em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, modifica-se o artigo 1º, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Será cassada a eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas e que permitirem a prática ou favorecimento da prostituição infantil.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

Apoiamento:

Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Pastor Edson Praczyk, Chico Noroeste e Douglas Fabrício.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná ocupa o 9º lugar no ranking da também chamada exploração sexual comercial, segundo levantamento feito pela Universidade de Brasília em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a UNICEF (2006).

A rota da prostituição infantil no Estado do Paraná passa pelas estradas federais e se estende do litoral ao oeste do estado passando pela região Metropolitana de Curitiba e Ponta Grossa. É o que nos mostra um mapeamento nacional elaborado pela Polícia Rodoviária Federal e divulgado pela Delegacia Regional do Trabalho, que apontou áreas que abrigam focos de exploração sexual infanto-juvenil em rodovias de todo o Brasil.

Segundo o Ministério Público do Estado do Paraná, os bares, boates e hotéis situados em rodovias são acusados de promover a prostituição de menores de 18 anos no interior dos próprios estabelecimentos. No Paraná 23 pontos de risco foram detectados em três rodovias de intenso tráfego.

Diante do exposto, nada mais justo que apresentemos essa proposição e conclamamos os Parlamentares a aprovarem esta iniciativa, para que com agilidade possa ser transformada em lei e com isto contribuir efetivamente com os melhores interesses da sociedade paranaense.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 021/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

A emenda ao projeto de lei em questão tem como objetivo incluir a prática ou favorecimento da prostituição infantil aos atos dispostos no artigo 1º do Projeto de Lei nº 021/07, que cassa a eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS das empresas que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas.

Fundamentação

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 165, estabelece como obrigação do Estado assegurar os direitos e cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança e do adolescente.

Art. 165. O estado, em ação conjunta e integrada com a união, municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Neste mesmo sentido, a Constituição Federal, em seus artigos 226 e 227, estabelece a família como uma instituição que deve ter especial proteção do Estado, o qual deve criar mecanismos para assegurar com absoluta prioridade os direitos da criança e do adolescente, inclusive dando ênfase a uma punição severa a casos de abuso, violência e exploração sexual:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do estado.

(...)

§ 8º O estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(...)

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), em seus artigos 5º, 15, 17 e 70, protege a criança e o adolescente de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, garantindo seu respeito e dignidade e assegurando sua inviolabilidade e sua integridade física e punindo na forma da lei qualquer atentado aos seus direitos fundamentais;

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

A própria Constituição Estadual do Paraná também atribui à Assembléia Legislativa o papel de dispor sobre matéria relativa a tributos:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

Assim, como o projeto em questão obedece a todos os preceitos constitucionais e não é dotado de nenhum vício de iniciativa, o consideramos revestido de legalidade e constitucionalidade, portanto opinamos pela sua aprovação, com as emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Luiz Claudio Romanelli, Edson Strapasson e Reni Pereira.

SUB-EMENDA A EMENDA Nº 01 AO
PROJETO DE LEI Nº 021/07

Subemenda à emenda ao Projeto de Lei nº 021/07 que determina a cassação de eficácia da inscrição, no

cadastro de contribuinte do ICMS nas hipóteses que especifica.

SUB-EMENDA ADITIVA Nº 02

Em conformidade com o artigo 138, do Regimento Interno desta Casa, adiciona-se ao artigo 1º o “parágrafo único”, concomitantemente com a emenda nº 01, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º Será cassada a eficácia da inscrição, junto ao cadastro de contribuintes do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas e que permitirem a prática ou favorecimento da prostituição infantil.

Parágrafo Único. Fica impedido o estabelecimento, bem como seus sócios, que tenham sua inscrição cassada na forma do *caput* deste artigo, de exercer suas atividades por prazo a ser determinado pela Administração Pública Estadual, na mesma ou em atividades similares.

Sala da Sessões, em 03.04.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Apoioamento:

Professor Luizão, Edson Strapasson, Duílio Genari, Luiz Claudio Romanelli e Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

O projeto apresenta a punição pela cassação da eficácia da inscrição não determinando a doseimetria da pena. Não há no texto a fixação de prazo da pena. Está em aberto, ou seja, por quanto tempo ficará suspenso o direito de exercer as atividades de comércio. Além disso, a cassação por si só, não obstante cause efeitos de suspensão das atividades do infrator mostra-se branda em razão de que os sócios poderão, em curto prazo, reestabelecer-se com outra inscrição em outra atividade ou similares, dando continuidade às práticas dos seus delitos. Assim, a emenda ora proposta restringirá e impedirá que os infratores continuem a delinquir por meio de artifícios e subterfúgios que a legislação permite. A punição e impedimento por prazo a ser determinado pela Administração Pública Estadual das atividades, permitirão que os infratores reflitam sobre os seus atos antes de praticá-los, pela gravidade da pena e depois pelos seus efeitos.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 199/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a ACIG - Associação Comercial e Empresarial de

Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA n° 020/07, de 02/04/07, em Projetos de Leis).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 199/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, declara de Utilidade Pública a ACIG - Associação Comercial e Empresarial de Goioerê - estado do Paraná, com sede e foro no município de Goioerê.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua norma tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.04.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 200/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que declara de utilidade pública Associação Comercial Industrial e Empresarial de Ponta Grossa - ACIPG, com sede e foro no município de Ponta Grossa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA n° 020/07, de 02/04/07, em Projetos de Leis).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 200/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa - ACIPG com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa - Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.04.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 202/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação do Clube da 3ª Idade Santo Izidoro, no Município de Três Barras do Paraná, e foro na Comarca de Catanduvas, Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA n° 020/07, de 02/04/07, em Projetos de Leis).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 202/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, declara de utilidade pública a Associação do Clube da 3ª Idade Santo Izidoro, no município de Três Barras do Paraná, e foro na comarca de Catanduvas - Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua norma tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.04.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única (Indicação)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação n° 062/07, de autoria do Deputado Teruo Kato, que pede ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Segurança que seja autorizado o funcionamento no 8º Batalhão da Polícia Militar de Paranavaí de Escola de Formação de Soldados - EFS. **Aprovada.** (Publ. no DA n° 027/07, de 11/04/07, em Indicações)

Encerramento da Sessão

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 149/07.

3º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 021/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 037, 115, 120, 199, 200 e 202/07.

Levanta-se a Sessão.

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA N° 061/07

I - INSTAURAR:

II - DESIGNAR:

III - ATRIBUIR:

IV - PUBLIQUE-SE.

Curitiba, 18.04.07

(a) ABIB MUGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 062/07

I - INSTAURAR:

Sindicância, a fim de que no prazo de lei, sejam apurados fatos oriundos do Protocolo nº 2998/07, trata-se de denúncia de que o funcionário Gilberto Bittencourt Fon-

II - DESIGNAR:

A funcionária VANESSA SCHUSTER, como Presidente da Sindicância, a quem ficam delegados os poderes necessários para tanto, atuando como Secretária a servidora LUCIANE CONCEIÇÃO E SILVA e como membro a servidora ANA CRISTINA CESÁRIO PEREIRA, assinalando prazo de lei para apresentação do relatório conclusivo que deverá responder aos quesitos do artigo 312 da Lei 6174/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná);

III - ATRIBUIR:

Ao procedimento caráter reservado para a apuração das investigações, para preservação do próprio sindicato e eventuais servidores e/ou autoridades envolvidas.

IV - PUBLIQUE-SE.

Curitiba, 18.04.07

(a) ABIB MUGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 063/07

I - INSTAURAR:

Sindicância, a fim de que no prazo de lei, sejam apurados fatos oriundos do Protocolo nº 3011/07, o qual trata-se de inquérito civil instaurado em 03 de novembro de 2003 para investigar notícia que Eliete de Paula Xavier Ziesmer seria “funcionária fantasma” da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

II - DESIGNAR:

A funcionária VANESSA SCHUSTER, como Presidente da Sindicância, a quem ficam delegados os poderes necessários para tanto, atuando como Secretária a servidora LUCIANE CONCEIÇÃO E SILVA e como membro a servidora ANA CRISTINA CESÁRIO PEREIRA, assinalando prazo de lei para apresentação do relatório conclusivo que deverá responder aos quesitos do artigo 312 da Lei 6174/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná);

III - ATRIBUIR:

Ao procedimento caráter reservado para a apuração das investigações, para preservação do próprio sindicato e eventuais servidores e/ou autoridades envolvidas.

IV - PUBLIQUE-SE.

Curitiba, 18.04.07

(a) ABIB MUGUEL - Diretor Geral